

16º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2025

MERCADO NEGRO: ANÁLISE DISCURSIVA DE CLASSIFICADOS DE EMPREGO DO *JORNAL DO COMÉRCIO (RJ)* NO SÉCULO XIX

NATHALIE VITÓRIA ALVES MARTINS¹, RAFAEL PREARO-LIMA²

¹ Estudante do Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, IFSP *campus* Bragança Paulista, nathalie.martins@aluno.ifsp.edu.br.

² Professor EBTT, IFSP *campus* Bragança Paulista, rprearo@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 8.01.01.00-3 Teoria e Análise Linguística

RESUMO: Os jornais assumem uma dimensão singular quando analisados como uma produção linguística permeada por ideologias. Sob essa perspectiva, sua análise possibilita conhecer os fundamentos sociais, históricos e culturais que sustentam seus enunciados. Nesse sentido, este trabalho visa identificar como práticas discursivas racializadas se manifestam nos classificados de emprego publicados no *Jornal do Comércio (RJ)* antes e depois da promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, buscando evidenciar de que forma essas práticas revelam a permanência de estruturas ideológicas ligadas ao escravismo no mercado de trabalho do século XIX. Para isso, a partir dos estudos da AD francesa, analisamos um *corpus* de 998 classificados extraídos do *Jornal do Comércio (RJ)*, publicados nos períodos anteriores e posteriores à abolição, com foco na descrição dos cargos, nas características dos candidatos e na presença da questão racial como critério para o preenchimento das vagas. Os resultados indicam que os classificados iniciados pelos verbos “alugar”, “vender” e “precisar” veiculam a objetificação e a subordinação de indivíduos negros, como mercadorias explícitas. Esses anúncios refletem as relações sociais e econômicas do Brasil oitocentista, revelando a permanência de uma mentalidade escravocrata e racista mesmo após a abolição.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso francesa; jornal; classificados; escravidão.

BLACK MARKET: A DISCURSIVE ANALYSIS OF JOB ADS IN THE *JORNAL DO COMÉRCIO (RJ)* IN THE 19TH CENTURY

ABSTRACT: Newspapers take on a singular dimension when analyzed as a linguistic production permeated by ideologies. From this perspective, its analysis makes it possible to understand the social, historical, and cultural foundations that underpin their statements. In this regard, the present study aims to identify how racialized discursive practices are manifested in the job ads published by the *Jornal do Comércio (RJ)* before and after the enactment of the *Lei Áurea*, on May 13, 1888, seeking to highlight how such practices reveal the persistence of ideological structures linked to slavery within the 19th-century labor market. To this end, drawing on French Discourse Analysis, we examine a *corpus* of 998 job ads extracted from the *Jornal do Comércio (RJ)*, published in the periods preceding and following abolition. The focus lies on the job descriptions, the characteristics of the candidates, and the presence of race as a criterion for employment. The findings indicate that classifieds beginning with verbs such as “rent,” “sell,” and “need” convey the objectification and subordination of black individuals, portraying them as explicit commodities. These advertisements reflect the social and economic relations of 19th-century Brazil, exposing the persistence of a slaveholding and racist mentality even after abolition.

KEYWORDS: French discourse analysis; newspaper; classifieds; slavery.

INTRODUÇÃO

A era escravagista perdurou oficialmente no Brasil do século XVI ao XIX. Segundo o IBGE (2000), cerca de 4 milhões de indivíduos foram traficados do continente africano para o território brasileiro. Nesse contexto, os escravizados foram tratados como propriedade e colocados nos estratos mais baixos da sociedade, submetidos a um ciclo de exploração e violências física e psicológica. Essa realidade afetou profundamente as relações sociais, pois a estrutura social brasileira foi organizada sobre uma rígida hierarquia de raça e classe. Isso imprimiu a continuidade da desigualdade e da marginalização dos escravizados, renegando a tais indivíduos dignidade e reduzindo-os a objetos de propriedade, sem acesso a direitos ou à liberdade, anunciados e expostos a quem os pudesse comprar (Costa, 2008). Sob esse aspecto, a própria dinâmica de violência e separação familiar atuava como mecanismo de manutenção do poder e do *status quo* escravista (Foucault, 2008).

Nesse contexto, o Brasil Imperial foi o último governo das Américas a abolir a escravidão de modo formal (Schwarcz; Starling, 2015). Entretanto, a assinatura da Lei Áurea, ainda que abolisse a escravidão, não apagaria seu legado. Sua assinatura teve um caráter simbólico e político, projetando uma imagem de modernização do país sem, porém, enfrentar as estruturas que sustentaram a escravidão por séculos.

O objetivo, pois, desta pesquisa é analisar, nos classificados do *Jornal do Comércio (RJ)*, 998 anúncios de emprego e/ou de comércio de indivíduos, fixando a Lei Áurea como referência. A escolha desse jornal se justifica por sua relevância histórica e geográfica. A partir dessa questão, nossa hipótese é a de que o *Jornal do Comércio (RJ)* anunciava empregos que continham critérios subjetivos relacionados a questões étnicas e comportamentais e/ou comercializava indivíduos escravizados em seus classificados antes e após a promulgação da Lei Áurea.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa, que adota uma abordagem qualitativa, documental e interpretativa, segue os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de base francesa (AD), conforme os estudos de Pêcheux (1975) e de Orlandi (2005). Partimos do princípio de que todo enunciado reflete uma relação indissociável entre língua-sujeito-ideologia (Pêcheux, 1975), o que nos autoriza a ver nos classificados do *Jornal do Comércio (RJ)* intervenções discursivas carregadas de interesses sociais; e de que o saber discursivo pré-constrói o que pode ser dito (Orlandi, 2005), o que justifica a investigação de como normas e valores da época moldaram os requisitos raciais e as formas de enunciar ofertas de trabalho e de comércio de pessoas.

Além dos autores da AD, também recorremos a estudiosos que tratam do Brasil e do período da escravidão. Oliveira (1987) traça uma breve história da escravidão no país, fornecendo o panorama inicial; Mattoso (2003) aprofunda-se nas condições de vida e nas práticas cotidianas dos escravizados; Costa (2008) examina as etapas jurídicas e sociais que culminaram na abolição formal; Vasconcelos (2012) investiga as representações desumanizantes atribuídas aos negros; Alonso (2015) analisa as mobilizações políticas que precederam a promulgação da Lei Áurea; Alencastro (2018) oferece dados atualizados sobre o volume de africanos traficados para o Brasil; Mamigonian e Grinberg (2018) contextualizam o primeiro esforço legislativo contra o tráfico humano, com a Lei de 1831; Rodrigues (2018) descreve o transporte negreiro e as violências da travessia atlântica; e, por fim, Oliveira (2023) retoma as transformações e permanências do racismo estrutural ao longo de 150 anos após a Lei do Ventre Livre. Esses estudos fornecem o substrato histórico e discursivo indispensável para a análise dos classificados do *Jornal do Comércio (RJ)* nos anos que envolvem a abolição formal da escravidão.

Para a construção do *corpus*, foram selecionadas quinze edições do *Jornal do Comércio (RJ)*, publicadas entre 1878 e 1898 e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira (Hemeroteca, 2025). Esse recorte temporal de vinte anos em torno da promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, permite comparar práticas discursivas anteriores e posteriores à abolição legal da escravidão. Extraímos os classificados de emprego e/ou comércio de pessoas com a estrutura verbo-produto-detalhamento-endereço, marcadores fenotípicos de cunho racial (por exemplo, “preto”, “mulato”, “de cor”) e verbos que implicassem objetificação, como “alugar” e “vender”. O *corpus* resultante engloba 998 fragmentos – cinco da data-referência (13/05/1888), bem como 513 anteriores e 480 posteriores a ela –, catalogados com indicação de data, tipo de anúncio e vocabulário empregado.

A análise desses fragmentos apoiou-se em Maingueneau (2015), que discorre sobre dimensão histórica do discurso, e em Pêcheux (1975) e Orlandi (2005), que teorizam sobre a noção de “saber discursivo”. Cada anúncio foi catalogado, considerando-se para análise o verbo principal, a função anunciada, o gênero biológico mencionado, os marcadores raciais e os demais termos conotativos. A partir disso, emergiram eixos de análise – por exemplo, “emprego doméstico com exigência de cor” e “comércio explícito de indivíduos” – cujas ocorrências foram quantificadas graficamente, relacionando a frequência de cada categoria aos períodos investigados.

Na etapa de comparação pré-/pós-Lei Áurea, os anúncios foram agrupados conforme sua data de publicação, com o objetivo de verificar se houve continuidade ou alteração nos critérios de seleção (explícitos e implícitos) e na comercialização direta de indivíduos. Isso serviu para confirmar nossa hipótese de que, independentemente da abolição formal, persistiam práticas discursivas racistas – desde a segmentação das vagas de trabalho até a oferta direta de indivíduos – em ambas as fases analisadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que, nos classificados iniciados pelos verbos “alugar”, “vender” e “precisar”, o discurso veicula a objetificação e a subordinação de indivíduos negros, como mercadorias explícitas. Nesse sentido, é possível afirmar que os classificados do *Jornal do Comércio (RJ)* são um espelho das relações sociais e econômicas do Brasil oitocentista, revelando a permanência de uma mentalidade escravocrata e racista, mesmo após a abolição por meio da Lei Áurea, de 1888.

Nos classificados iniciados com o verbo “alugar”, os anúncios tratam os indivíduos como bens disponíveis para uso temporário, geralmente associados a serviços domésticos. Neles, observa-se a naturalização da comercialização de pessoas, reduzidas a objetos com preço estipulado. Esse padrão permanece ao longo dos anos analisados, antes e depois da assinatura da Lei Áurea, indicando que a desumanização transcendeu a abolição legal.

Por sua vez, e de modo semelhante, os classificados iniciados pelo verbo “vender” expõem a comercialização explícita de seres humanos. Nesses anúncios, as pessoas são descritas como mercadorias, em que até filhos são apresentados como “bônus” para atrair compradores. Termos como “robusta” e “prendada”, usados como descrições para mulheres negras, funcionam como atributos de um produto, apagando a subjetividade dos indivíduos e reforçando uma ideologia colonial que legitimava a posse de vidas. Embora menos frequente após 1888, o verbo ainda aparece, sugerindo a continuidade de uma mentalidade escravocrata.

Entre os verbos analisando, constatamos que o verbo “precisar” ganha relevância após a abolição. Apesar de mais sutil que “vender” ou “alugar”, a estrutura impessoal desse verbo nos anúncios (“precisa-se de...”) mantém a mesma objetificação do período pré-abolicionista, agora sob a forma de demandas laborais. Assim, a presença de exigências raciais, explícitas ou implícitas, demonstra que o fim legal da escravidão não rompeu com os estigmas raciais, ainda promovendo desigualdades nas relações sociais.

Em relação aos indivíduos descritos nos anúncios de vagas, além da descrição das tarefas, são definidos requisitos que delimitam quem pode se candidatar. Esses critérios costumam recair sobre características físicas – gênero, raça, idade ou nacionalidade – e, às vezes, são usados em expressões como “branco ou de cor” e “nacional ou estrangeiro”. Embora apareçam de maneira concisa, tais exigências não têm relação direta com as habilidades necessárias para o cargo. Essa rigidez reflete um contexto sociocultural que, implicitamente, determina quem “pode” ou “não pode” ocupar a função, excluindo potenciais candidatos (“é escusado apresentar-se”), mesmo quando essas características não interferem no desempenho esperado.

No que se refere aos objetivos dos classificados, o foco recai mais em sua definição do que na descrição do trabalho em si. Nesse sentido, há a dificuldade de encontrar classificados que explicitem, por exemplo, tempo de profissão ou detalhes da vaga labor, de modo que se usa o pouco espaço do anúncio para caracterizar a pessoa e não a função. É raro que um anúncio mencione o tempo de experiência ou detalhe as tarefas envolvidas. Além disso, as vagas oferecidas eram, em sua maior parte, para serviços domésticos (cozinheiros, costureiras, jardineiros), além de funções como amas, criadas e copeiros. Assim, os classificados privilegiavam mais a apresentação pessoal do candidato, evidenciando uma lógica que valoriza o indivíduo em detrimento das características reais da função.

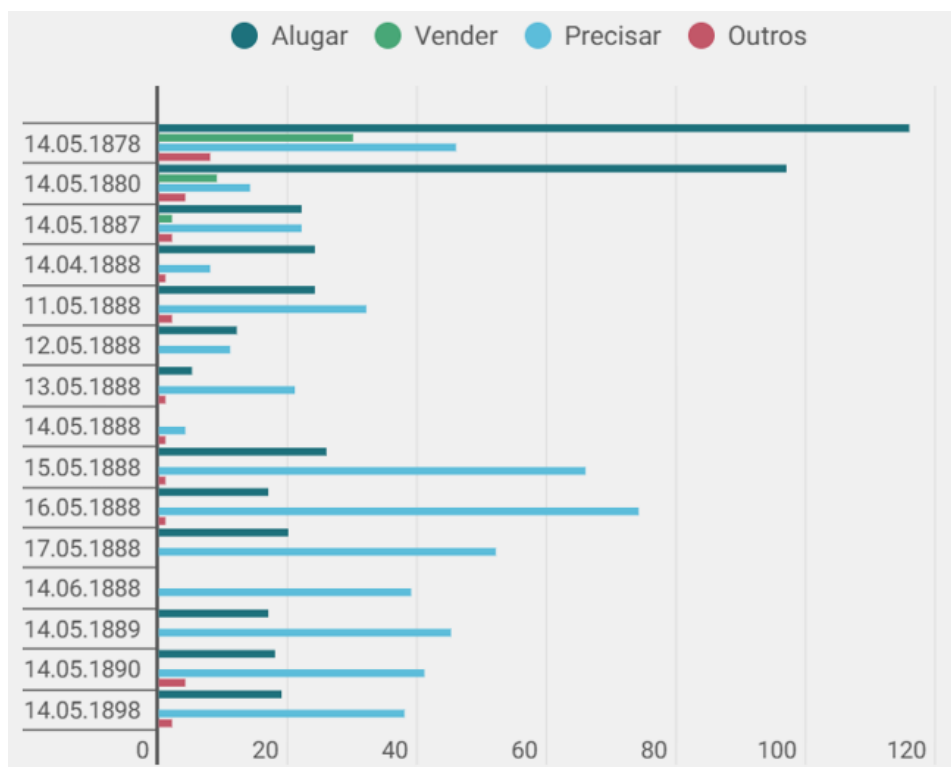
Por fim, os classificados sempre terminam com o endereço do contratante, facilitando o contato de quem se interessar pela vaga. Nelas, há, de forma pontual, endereços de agências que intermediam a locação ou a compra de trabalhadores domésticos. Essas agências se apresentavam como estabelecimentos de confiança, com destaque para “linhas francesas”, longa experiência no mercado ou fiança de “boa conduta”, que até permitiam ao contratante escolher entre diferentes candidatos. Em um dos anúncios, lia-se: “Onde é que se alugam bons criados e criadas todos os dias? É na rua [...]”. Esse exemplo evidencia claramente o caráter comercial do trabalho doméstico, reforçado pela forma como as funções são listadas, como se fossem mercadorias disponíveis para negociação.

CONCLUSÕES

Diante das análises desenvolvidas, fundamentas na Análise do Discurso francesa, observa-se que os classificados do *Jornal do Comércio (RJ)* do século XIX continuaram refletindo ideologias escravocratas, mesmo após a promulgação da Lei Áurea. Os anúncios de emprego e comércio de pessoas revelam critérios subjetivos. Desse modo, a hipótese inicial de que o jornal reproduzia critérios subjetivos relacionados a questões étnicas, fenotípicas e comportamentais é confirmada pelo discurso presente nos classificados, que mantiveram uma lógica racializada nas relações de trabalho e na vida social. Ao encarar esses textos como produtos de condições históricas e ideológicas específicas (Maingueneau, 2015), fica evidente que a retórica que sustentava a escravidão não se dissolveu automaticamente com a abolição formal.

Entre os elementos dos classificados, destacam-se os verbos usados, pois eles moldam o tom do discurso. Nesse sentido, as análises constataram que, após a Lei Áurea, houve um aumento nos classificados iniciados com “precisar”, sugerindo uma tentativa de suavizar o tom comercial diante da pressão política. Paralelamente, o verbo “vender” praticamente desapareceu das edições posteriores, refletindo o esforço de ocultar a negociação de pessoas. Esses padrões foram ser ilustrados na Figura 1, a seguir, cujo gráfico aponta a frequência desses termos ao longo do tempo, evidenciando a transformação, mas não o fim, de estratégias discursivas de objetificação.

FIGURA 1. Verbos usados nos classificados do *Jornal do Comércio (RJ)*.



Fonte: autoria própria.

Nesse viés, sob a perspectiva de Orlandi (2005), é importante notar que a escolha e a omissão de termos nos classificados do século XIX, como a supressão de “vender” e o aumento de “alugar”, “precisar” ou “comprar”, refletem pressões legais e morais da época. Ainda assim, essas mudanças linguísticas não alteraram a prática de enquadrar o candidato por raça, idade, nacionalidade ou gênero: apenas modificam a forma de apresentar o discurso. Nesse sentido, o que se transforma é a superfície verbal, enquanto as categorias de exclusão permanecem intactas.

Concluindo, então, a assinatura da abolição, em 1888, não eliminou as bases escravocratas das relações sociais, mas abriu um “novo capítulo” em que velhas práticas foram reconfiguradas. Mesmo sem mencionar explicitamente a escravidão, muitos anúncios continuaram a hierarquizar indivíduos pela aparência, mantendo a população negra em posição de vulnerabilidade. Esses classificados confirmam, portanto, que os efeitos da escravidão persistiram no plano simbólico e material, reforçando a centralidade da linguagem na reprodução das desigualdades.

Por fim, este estudo não pretende encerrar o debate, mas convidar pesquisas futuras sobre a imprensa oitocentista e suas implicações ideológicas. Ao problematizar como um meio de comunicação veiculou valores que sustentaram o racismo, buscamos inspirar reflexões críticas capazes de fundamentar políticas públicas, práticas educativas e mobilizações sociais. Em última análise, a análise dos classificados mostra-se um instrumento valioso para compreender o passado e questionar como vestígios do escravismo ainda operam na sociedade brasileira contemporânea.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Todos os autores contribuíram com a revisão do trabalho e aprovaram a versão submetida.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, F. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 60-75.

ALONSO, A. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868–1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COSTA, E. V. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEMEROTECA Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAMIGONIAN, B. G.; GRINBERG, K. Lei de 1831. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 285–291.2

MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

OLIVEIRA, E. S. **Escravidão e racismo: 150 Anos da Lei do Ventre Livre**. Cordilheira (SC): Schreiber, 2023.

OLIVEIRA, R. L. P. DE. **Breve história da escravidão**. RAE, v. 27, n. 4, p. 62–62, 1987.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

RODRIGUES, J. Navio Negreiro. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 344-350.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VASCONCELOS, B. A. **O escravo como coisa e o escravo como animal**: da Roma Antiga ao Brasil contemporâneo. Revista UFG, v. 1, jun. 2012